



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O POSTO DE 1º TENENTE DO QUADRO DE
OFICIAIS MÉDICOS (QOM)

**3º TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2018 –
(QOM) PMES, DE 27 DE JULHO DE 2018.**

O Comandante Geral da Polícia Militar do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO o Terceiro Termo de Retificação do Edital de Abertura nº 06/2018 – (QOM) PMES, com base nos seguintes fatos e fundamentos, para após decidir:

Considerando que o Edital de Abertura contém previsão de aprovação unânime nas doze características estabelecidas para fins de avaliação no Exame Psicossomático (4ª Etapa do certame);

Considerando o elevadíssimo índice de contraindicação no referido exame (vide relatório do concurso anexo ao Processo Administrativo nº 84481145 – fl.7 – No que se refere para o quadro de OFICIAIS MEDICOS/PMES), haja vista que, dentre os 60 candidatos aprovados na terceira etapa, que é o Exame de Aptidão Física, quase todos restariam reprovados na 4ª etapa, que é o exame psicossomático (avaliação psicológica), circunstância que terminou por fazer com que a etapa do exame psicossomático (avaliação psicológica), que é de caráter meramente eliminatório, preponderasse sobre as demais etapas já realizadas, mitigando inclusive a aferição da aptidão intelectual e física (1ª e 3ª etapas do certame);

Considerando a praxe regular em certames análogos ao longo de todo o País e os próprios certames pretéritos da PMES que, historicamente, admitiram algum nível de tolerância no exame psicossomático (avaliação psicológica) (vide OFÍCIO/PMES/ACG/Nº 012/2019 e Ofício nº 020/2019-IAOCP, anexo ao Processo Administrativo nº 84481145);

Considerando a análise técnica conclusiva elaborada pela empresa organizadora, firmada por profissional habilitado – psicólogo (vide Ofício nº 020/2019-IAOCP, anexo ao Processo Administrativo nº 84481145), que sugere a tolerância de reprovação em dois itens do exame psicossomático (avaliação psicológica);

Considerando que a exigência de aprovação irrestrita, em todas as características avaliadas pelo exame psicossomático (avaliação psicológica), está em flagrante dissonância com o conteúdo do item 6.2.4 do Edital de abertura, o qual estipula que “Os resultados finais serão obtidos por meio da análise técnica global de todo o material produzido pelo candidato...”, tornando-a cláusula morta;

Considerando que o exame psicossomático (avaliação psicológica) é fase puramente eliminatória e que, nessa qualidade, a alteração de seus critérios avaliativos para restabelecer a razoabilidade da avaliação não tem o condão de ferir o princípio da não surpresa, porquanto não altera a classificação já consolidada em etapa anterior e autônoma. Em verdade, surpresa é um índice de reprovação sem precedentes;

Considerando que o postulado da vinculação ao instrumento convocatório não se mostra como óbice para eventuais correções devidamente justificadas, impassíveis de alterar a classificação já estabelecida na 1ª fase do certame, observada a necessária publicidade, notadamente quando não interfere negativamente nos direitos subjetivos dos candidatos, sendo certo que o resultado do psicossomático ainda não foi consolidado;

Considerando a manifestação da Procuradoria Geral do Estado (vide fls. 147-149 do Processo Administrativo nº 84481145) para reconhecer a competência da SESP/ES juntamente com a banca examinadora, como autoridade administrativa apta, devidamente auxiliada por consultoria técnica, para examinar e rever se os critérios adotados no certame são os corretos para a melhor seleção dos candidatos;

Considerando a manifestação da Procuradoria Geral do Estado (vide fls. 147-149 do Processo Administrativo nº 84481145) que relembra o poder-dever de autotutela que a administração dispõe para rever atos julgados inválidos, desproporcionais ou irrazoáveis, sempre na busca do melhor interesse público primário;

Considerando que a supervalorização do aspecto psicossomático mostrou-se desconforme ao princípio da razoabilidade, criando parâmetro intolerante e desproporcional, a afastar candidatos sabidamente aptos, intelectualmente capazes, fisicamente aprovados, causando por conseguinte mácula grave, mas sanável, ao certame, porquanto indutora de uma seleção de candidatos com prevalência majoritária do aspecto psicossomático.

Art. 1º Fica RETIFICADO no Edital de Abertura nº 06/2018, a nota (1) da tabela 6.1, passando a conter a seguinte redação:

“(1) O candidato será considerado CONTRAINDICADO se não atingir os percentis esperados em três, ou mais, características.”

Art. 2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, porém aplicando-se também ao Exame Psicossomático (Avaliação Psicológica) já realizado.

Vitória/ES, 03 de abril de 2019.

MOACIR LEONARDO VIEIRA BARRETO MENDONÇA – CEL QOC
Comandante Geral da PMES